

# A escola e a educação sexual

Jorge Montardo\*

**RESUMO:** Este texto analisa como os discursos, a partir do final do século XX, definiram a escola como o local adequado para a educação sexual dos adolescentes. Analisa brevemente como a sexualidade é vivenciada nas escolas e discorre sobre as dificuldades que esta encontra para por em prática o que lhe é exigido pela sociedade e autorizado pelo Estado através dos PCNs.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação sexual, escola, adolescência.

**ABSTRACT:** This text analyzes how discourses from the end of the 20<sup>th</sup> century have define the school as an adequate place for the sexual education of adolescents. It analyses briefly how sexuality is experienced in schools and discusses the difficulties that they find to do what is demanded by society and authorized by the PCNs.

**KEYWORDS:** Sexual education, school, adolescence.

## Introdução

Desde as primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira discute sobre a importância da educação sexual para os adolescentes, quem deve desempenhar a função de educador e em que local esta educação deve ocorrer, ou seja, quais espaços são legitimados como portadores de saber sexual. As primeiras proposições datam da década de 20, tendo ocorrido no desenrolar do século e de suas mudanças sociais e culturais, debates sobre os papéis a serem desempenhados por pais, padres, professores, médicos, família e escola. No final do século XX consolidou-se a supremacia dos argumentos que exigem da escola a produção de uma educação sexual com metodologia diferente daquela que tradicionalmente adota para os demais temas do currículo, necessitando para isso que seus professores sejam adequadamente capacitados por especialistas.

---

\* Médico Pediatra. Mestre em Educação nas Ciências pela Unijuí - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A família, considerada há muito tempo como o local ideal para a intervenção de ações religiosas, médicas, políticas e econômicas, também foi envolvida no processo de educação sexual, tendo sido durante algum tempo definida por alguns discursos como o único local adequado para a orientação dos filhos. Os padres católicos foram os principais defensores da família como educadora sexual e o padre Negromonte (1951) classificava os pais que abdicassem dessa função de imprudentes ou comodistas, pois ao cederem este papel a outros, estavam expondo seus filhos a mestres considerados incapazes ou até mesmo nocivos.

A partir dos anos 80, os discursos favoráveis à consolidação da escola como local para a educação sexual e à necessidade de formação de professores para desenvolverem programas nesta área deslocaram a família para um papel de coadjuvante. Neste sentido, ocorreu a descaracterização da competência dos pais como educadores sexuais e a família não apenas perdeu a autonomia sobre a sexualidade de seus filhos, como foi responsabilizada por enviar às escolas alunos desinformados e com atitudes negativas em relação ao sexo.

A escola foi definida como o local adequado para reverter a carga de tabus, os preconceitos, os conflitos, os sentimentos de culpa e as dúvidas dos alunos:

Parece-nos claro que a melhor educação seria a que fosse propiciada pelos próprios pais, pois nenhuma estrutura social consegue atuar tão precocemente, com adultos tão significativos, por tanto tempo e de forma tão importante sobre o ser humano em sua fase de formação de personalidade, como a família. No entanto, como regra geral, os pais têm notória dificuldade em falar de sexo com os seus filhos. [...] São dificuldades de cunho cultural, que somente serão superadas com muito esforço pessoal e grandes lutas internas pois nós, adultos, somos filhos de nosso meio e de nossa época, sendo ao mesmo tempo agentes e vítimas dos preconceitos vigentes. Assim sendo, pelas dificuldades enfrentadas pelos pais, somos obrigados a nos valer do ensino formal, que nos parece ser, a médio e longo prazo, a solução mais viável no momento histórico que nossa sociedade está vivendo (VITIELLO, 1997, p. 101-2).

Além da alegada incompetência dos pais, surgiram outros argumentos em detrimento da família. Um deles é defendido por Suplicy (2000, p. 33) ao caracterizar a adolescência como problema e durante a qual “normalmente a família se constitui num lugar de tensão e conflito”, dificultando a abordagem de certos assuntos pelos pais, os quais poderiam ser discutidos na escola com mais liberdade. Assim, de certo modo destituídos da função de educadores sexuais de seus filhos, os pais se convenceram de sua incapacidade e da necessidade de terceirizarem a educação sexual de seus filhos, levando-os a confirmarem em pesquisas que preferem que a escola assuma essa função.

A escola foi então convocada para elaborar uma educação sexual para seus alunos, atuando sobre indivíduos que trazem para a sala de aula muitas marcas sobre sexualidade que se constituíram a partir de suas famílias e que evidenciam uma heterogeneidade que esta mesma escola vai ter dificuldade em harmonizar.

A sua função é difícil, pois a sociedade exige que nesta tarefa a escola “precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado incentivar a sexualidade ‘normal’ e, de outro, simultaneamente, contê-la” (LOURO, 2001, p. 26).

## **A sexualidade na escola**

Na escola, professores e alunos vivenciam as questões sexuais de múltiplas formas. Uma delas é invisível numa análise superficial, e, por isso mesmo, geralmente não associada às suas conseqüências. É por esta forma que o sistema educacional se empenha em transformar seus alunos em homens e mulheres “de verdade”, formatados dentro de conceitos estritos de masculinidade e feminilidade e preocupados em não se desviarem das normas estabelecidas. A escola é, embora geralmente não se reconheça neste papel, um espaço sexualizado e produtor de atitudes sexuais, onde alunos e professores vivenciam experiências, definem conceitos de normalidade, determinam as diferenças e estabelecem verdades sobre sexo, gênero e relacionamentos.

Preocupada em disciplinar e normalizar os indivíduos, a escola, ao longo da história, ao mesmo tempo em que negou seu interesse na sexualidade, dela se ocupou. As instituições escolares constituíram-se, nas sociedades urbanas, em instâncias privilegiadas de formação de identidades de gênero e sexuais, com padrões claramente estabelecidos, regulamentos e legislações capazes de separar, ordenar e normalizar cada um/a e todos/as. Por muitos anos, mesmo afirmando que essa dimensão da educação dos sujeitos cabia prioritariamente à família, as escolas preocuparam-se, cotidianamente, com a vigilância da sexualidade de seus meninos e meninas. Não resta dúvida de que houve muitas transformações nas formas de exercício dessa vigilância e regulação, mas a escola continua sendo, hoje, um espaço importante de produção dessas identidades (LOURO, 1999, p. 40).

Há uma outra forma de presença da sexualidade nas escolas que, embora explícita, também não é reconhecida. Ela se dá nos interstícios da escola e dos relacionamentos, deixando seus rastros nos corredores, nos pátios de recreios ou nos locais de atividades físicas. Suas marcas mais visíveis ficam nas classes rabiscadas, nas portas e paredes dos banheiros, nos bilhetes trocados e nas agendas compartilhadas. E as mais sutis, mas também duradouras, se instalam nos corpos e nas mentes daqueles que se empurram, se tocam e se abraçam. Geralmente aqui a escola responsabiliza as famílias que não souberam conter a sexualidade de seus filhos ou a sociedade e a mídia que banalizam o sexo e estimulam comportamentos inadequados.

A única maneira em que as questões sexuais são formalmente admitidas na escola, recebidas com solenidade na porta da frente e divulgadas como investimento no bem estar dos alunos é quando ela convida um profissional para proferir uma palestra ou quando assume um programa de educação sexual.

## A trajetória histórica

As primeiras propostas de envolvimento da escola na educação sexual podem ser encontradas no início do século XX, quando, na década de 20, Berta Lutz, defendeu a educação sexual com o objetivo de proteção à criança e à maternidade. Também na mesma época, em Belo Horizonte, em 1928, a Segunda Conferência Nacional de Educação aprovou propostas de programas de educação sexual nas escolas, embora esta aprovação não representasse o consenso entre os professores. Evidenciou, entretanto, que já naquela época o assunto era debatido e havia divergências entre os que defendiam a educação sexual como função da família e dos pais, vinculada à educação moral, e os que propunham um processo mais formal na escola (VIDAL, 2003).

Já no início do século XX a sociedade demonstrava preocupação com o tema e muitos, embora discordando da sistemática, concordavam sobre sua necessidade. Esta discordância refletia na época outras questões e disputas mais abrangentes, entre elas a que ocorria entre a autonomia da família e a intervenção do Estado e entre o discurso religioso e o laico (ibidem). Autores como Ribeiro (1990), Sayão (1997) e Reis e Ribeiro (2004) relatam a história dos programas pioneiros em educação sexual em diversas escolas de algumas capitais brasileiras até os anos sessenta, tendo o Colégio Batista, no Rio de Janeiro sido o primeiro a incluir em seu currículo o ensino da evolução das espécies e da educação sexual em 1930, embora posteriormente o professor responsável pela iniciativa tenha sido processado e demitido.

Em São Paulo, entre 1954 e 1970 o Serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar ministrou aulas de orientação sexual às meninas da quarta série primária e professores davam informações sobre as transformações da puberdade também às mães. Outros registros são encontrados nos anos sessenta, quando diversas escolas, como o Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, vinculado ao Departamento de Psicologia Educacional da USP, em São Paulo, os Ginásios Vocacionais de São Paulo, o Grupo Escolar Barão de Rio Branco, em Belo Horizonte, os Colégios José Bonifácio e André Maurois no Rio de Janeiro, desenvolveram programas que incluíam discussões sobre valores, virgindade e uso de pílulas anticoncepcionais.

Estas iniciativas enfrentaram a resistência de alguns segmentos da sociedade, tendo as restrições mais veementes partido da igreja católica com o objetivo de manter sua hegemonia sobre a família. O padre Negromonte (1951, p. 76) condenou a abordagem de temas sexuais de forma coletiva, consideradas como contraproducente por colocar em circulação entre os alunos “um assunto de que seria conveniente eles nunca falarem entre si”. Negromonte afirmava que a educação sexual em classe, pelo professor, devia ser rejeitada, pois a sua função era desenvolver uma formação geral, ensinando o aluno a vencer a natureza desorganizada e viver segundo a razão e a fé: “[...] longe de nós quereremos a questão feita

matéria escolar. Repugna-nos só pensar como é que educadores reclamam para a escola a livre discussão dos problemas sexuais em grupo” (ibidem, p. 48).

Havia uma concessão em relação ao ensino coletivo: as escolas católicas poderiam abordar questões sexuais, pois eram as únicas capazes de desempenharem esta função, ao contrário dos ginásios e escolas não religiosos, “onde meninos e meninas, rapazes e moças brincam encurralados, numa promiscuidade sem par, [...] não são portas escancaradas à perdição?” (ALMEIDA, 1946, p. 27). Esta concessão era viável porque nas escolas católicas existia a possibilidade de por em ação o discurso religioso sobre sexualidade, no qual se louvava a castidade e defendia a reprodução como única finalidade do ato sexual.

Reforçando a posição dos padres católicos, o professor Ernesto Barros (1956, p.192) condenava a instrução sexual em classes devido à diversidade dos alunos quanto à idade e à mentalidade e que este tipo de ensino, para não ser nocivo, deveria se desenvolver num ambiente “de perfeita serenidade e com ausência de qualquer laivo de malícia, de modo que se tornasse um calmante à curiosidade natural e não um estimulante ao erotismo”, o qual, segundo o autor, dificilmente seria encontrado em uma escola.

Entretanto, não foram os argumentos da igreja que interromperam as iniciativas que introduziram programas de educação sexual nas escolas. Um outro fator associou-se às restrições católicas e das famílias mais conservadoras: o regime militar (1964 – 1985), o qual, embora não tenha formalizado uma proibição em relação à educação sexual, instaurou um clima de medo, repressão e moralismo que sufocou as iniciativas que estavam se desenvolvendo. Entre 1964 e 1979, peças de teatro, filmes, músicas e livros foram objetos de censura e de mutilação, debates universitários sobre a realidade brasileira tornaram-se “atos de subversão” e atitudes consideradas como subversivas foram associados à imoralidade, ampliando o discurso da ditadura para muito além dos aspectos políticos e econômicos ao incluir os comportamentos dos indivíduos (COLLING, 1997). Ao descer a cortina da ditadura decretou-se informalmente uma pausa na defesa da escola como educadora sexual, pois o país tinha outras questões a resolver.

De uma forma semelhante ao processo de abertura política e redemocratização vivenciado pelo Brasil a partir do governo Ernesto Geisel (março de 1974 a março de 1979) – lento, gradual e seguro, conforme as declarações do presidente militar –, a sociedade recomeçou a discutir questões sexuais através de revistas, livros e programas de televisão. A abertura política e a influência da mídia possibilitaram maior visibilidade às posturas que defendiam a escola como espaço ideal para a educação sexual. O enfrentamento ao discurso religioso e sua “reserva de mercado” para a família passou a tomar formato mais veemente, conseguindo silenciar antes do final do século XX os discursos em contrário. A escola agora vai ser nomeada como o lugar onde se discute conhecimento, se produz o diálogo e a reflexão, ou seja, “um espaço privilegiado para discutir a sexualidade com crianças e adolescentes” (EGYPTO, 2003, p. 16) e cuja omissão deixará o

jovem “na dependência de fontes informais, de pessoas que ele encontra ao longo da vida, dos amigos que terá, das coisas que ler e assistir e da família que tem” (ibidem, p. 14).

## A consolidação da escola

Outros fatores que contribuíram para legitimar a posição da escola na educação sexual foram o surgimento da epidemia de Aids e a preocupação com os índices de gravidez na adolescência. Associados a uma conotação científica que proporcionou a legitimidade necessária para superar as opiniões em contrário, os discursos em defesa da escola proliferaram. No livro “Sexo se aprende na Escola” (SUPLICY et al., 2000), os autores defendem ser função do Estado propiciar à sociedade informação e orientação sobre sexualidade, bem como o acesso aos meios de anticoncepção, além de definir alguns objetivos da educação sexual na escola: a) reverter a freqüente situação de infelicidade na vida sexual e afetiva das pessoas, pois a falta de informações deixa o aluno enredado em medos e preconceitos; b) proporcionar o bem-estar sexual, ajudar na formação da identidade, abrir canais de comunicação e ajudar a repensar valores; c) desenvolver o potencial de felicidade a que os alunos têm direito.

No mesmo livro acima citado, os autores afirmam que a escola não pode fugir à responsabilidade, pois além de transmitir a noção de que o assunto é um tabu, sobre o qual não se pode falar, perpetuando a vivência de uma sexualidade empobrecida, estaria sendo omissa em relação à influência da mídia e às ameaças representadas pela Aids, pela gravidez indesejada e pela violência sexual dentro e fora de casa. E acrescentam ser função da escola contribuir para uma visão positiva da sexualidade como fonte de prazer e realização do ser humano e que na ausência de um espaço para discussão, esta “se transforma em fonte de agressão, balbúrdia e exibicionismo” (ibidem, p. 13).

O aval oficial concedido à escola como o lugar onde a educação sexual deve ocorrer se dá através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais a reconhecem como local importante de discussão sobre questões contemporâneas que envolvam a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito. Reconhece também que cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural e consolidar-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

Este aval reflete principalmente a preocupação do Estado com as questões relacionadas à disseminação da Aids, à violência contra a mulher e à gravidez na adolescência, temas fortemente vinculados às demandas da saúde pública e considerados relevantes e urgentes pela sociedade. Ao sugerir a educação sexual como tema transversal a ser trabalhado nas diversas disciplinas, os PCNs buscam englobar “o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as

discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes” (BRASIL, 1997, p. 107).

Os PCNs consideram como objetivos gerais dos programas de educação sexual para o ensino fundamental proporcionar ao aluno condições de, entre outras habilidades, respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade; compreender a busca de prazer como uma dimensão saudável da sexualidade humana; conhecer seu corpo e valorizar e cuidar de sua saúde; reconhecer como determinações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino; proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores; conhecer e adotar práticas de sexo protegido; ao iniciar relacionamento sexual evitar contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids; desenvolver consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade e procurar orientação para a adoção de métodos contraceptivos (BRASIL, 1997).

## Um educador especial

Os discursos que estabeleceram a necessidade da escola incluir a educação sexual em seu currículo conduziram também à exigência de capacitação dos professores. Nem a família, que não está preparada, nem a escola sem assessoria de especialistas: “É essencial que haja uma preocupação primeira com a formação daqueles profissionais (psicólogos, professores, orientadores educacionais, etc.) que irão trabalhar na área” (RIBEIRO, 1990, p. 19):

O agente social ideal para realizar essa educação é sem dúvida, a família. O núcleo familiar porém não está preparado para o mister, deixando para a escola esse encargo. Na escola, os professores encarregados da educação sexual não recebem qualquer apoio ou orientação. Na maioria das vezes são adultos que exibem os mesmos preconceitos dos pais, e tem grande dificuldade em lidar com o tema. Tendem por isso a só falar da biologia da reprodução, pois de fato é muito mais cômodo explicar que o espermatozóide sobe pela trompa e fecunda o óvulo, do que falar como aquele espermatozóide foi parar ali (VITIELLO, 1997, p. 52).

A constatação de que o despreparo e os valores preconcebidos e irrefletidos dos professores poderiam levar qualquer atividade de educação sexual a tornar-se “inoperante – no melhor dos casos – e, muito provavelmente, desastrosa” (MAIA, 2004, p. 174), é o motivo para a consolidação da necessidade de investimento em sua formação para que eles possam desenvolver adequadamente as atividades com os alunos.

As características definidas do educador sexual são muito diferentes daquelas que a maioria dos professores apresenta, pois ele deverá estar preparado para polemizar, lidar com valores, tabus, preconceitos e informar sobre as dúvidas, em vez de simplesmente transmitir conteúdos. Vários autores (EGYPTO, 2003; VI-

TIELLO, 1997; SUPLICY et al, 2000) descrevem este perfil como o de uma pessoa coerente com a sua proposta, que não tente passar modelos, seja verdadeiro sem se achar portador da verdade absoluta, tenha conhecimento sobre o assunto sem ser onipotente, seja sensível para perceber as necessidades dos alunos e analise com estes as diferentes situações e visões que existem sobre o tema.

O perfil mais detalhado está definido no livro “Sexo se aprende na escola” (SUPLICY et al., 2000), no qual, embora esclareça não haver uma exigência profissional específica, a escolha definida como a mais adequada é pelo próprio professor ou professora, não necessariamente o de ciências. E suas características seriam: facilidade para formar vínculos com o grupo; saber conduzir debates e dar aulas; ter uma atitude positiva frente à própria sexualidade; tratar com naturalidade as questões levantadas; criar oportunidades de expressão e ajudar a refletir; questionar os próprios problemas; incentivar a troca de opiniões; conhecer e respeitar os jovens (modo de vida, valores, idéias e anseios); eliminar posturas eventualmente inadequadas, autoritárias e paternalistas; não ditar regras de comportamento nem se colocar como modelo; utilizar jogos e dinâmicas para tornar as aulas mais atraentes e diminuir a inibição.

Para suprir a necessidade de formação de professores foram criadas nas décadas de oitenta e noventa Organizações Não-Governamentais (ONGs) que proporcionam treinamentos, publicam manuais e materiais educativos (como livros, vídeos, jogos), promovem palestras e oficinas e formam multiplicadores. Priorizando os temas Aids e gravidez na adolescência, estas organizações receberam apoio de fundações internacionais (como Ford e MacArthur), sendo que atualmente no Brasil se destacam a Comunicação em Sexualidade (ECOS), Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) e Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS).

Nos livros publicados a partir da década de oitenta, o enfoque sobre como realizar a educação sexual investiu na formação de professores e outros profissionais, estabelecendo diversas normas e práticas que seriam essenciais nesta atividade. Vão aparecer nestes livros as orientações metodológicas estabelecidas pelos especialistas em educação sexual, muitos deles vinculados às Organizações Não Governamentais. Entre as prescrições vamos encontrar as que determinam a necessidade da abordagem ser crítica, refletir os enfoques sócio-cultural, psicológico e biológico “sempre levando em consideração a importância fundamental do diálogo, ampliando o senso crítico e a visão de mundo do jovem, permitindo discussões e debates” (RIBEIRO, 1990, p. 18).

## Uma metodologia diferente

Entre as exigências para que os programas de educação sexual nas escolas atinjam seus objetivos estão as de que eles devem ter planejamento e ação pedagógica sistemática; ser adequados à idade dos alunos; utilizar técnicas lúdicas e criatividade; estimular a participação; respeitar a intimidade, os limites e os posi-

cionamentos dos alunos; ser um instrumento para que os adolescentes tomem decisões e façam escolhas e combater preconceitos e tabus. A ênfase, entretanto, encontra-se na exigência de que estes programas sejam continuados, sistemáticos e regulares, ao longo de toda a seriação escolar, e que palestras realizadas por médicos, enfermeiras, psicólogos ou assistentes sociais não se constituem em educação sexual verdadeira, pois nestas oportunidades estes profissionais estão “funcionando como meros informadores” (VITIELLO, 1997, p. 96).

Estes programas vão propor uma educação sexual que promova a idéia da sexualidade estar vinculada ao prazer, ou, como afirma Ribeiro (1990, p. 42), “contribuir para tornar a transmissão dos valores mais próxima de um padrão de comportamento voltado para o exercício de uma sexualidade sem culpa (na esfera pessoal) e sem opressão (na esfera social)”, pois, segundo este autor, investir na educação sexual é investir no crescimento global do indivíduo e aprimorar as relações humanas. Os manuais para a formação de professores educadores sexuais ressaltam a importância de fornecer aos alunos informações associadas à prevenção, a preservação da vida e da saúde e ao prazer, e não aquelas vinculadas à doença, à morte ou ao castigo.

Uma das conclusões freqüentes entre os autores é de que apenas a informação não muda comportamentos e isto estaria evidente, segundo eles, no fato dos adolescentes engravidarem e se contaminarem, mesmo sabendo como evitar uma gravidez ou uma doença sexualmente transmissível. As mudanças comportamentais esperadas somente ocorreriam quando o adolescente integrar o conhecimento ao seu saber e ao seu cotidiano, o que seria mais factível de ocorrer através de debates sobre as dificuldades para o uso da camisinha entre os alunos do que uma palestra alertando sobre os riscos inerentes à negativa de usá-las nas relações sexuais (SUPLICY et. al, 1994).

A educação sexual nas escolas é colocada como um meio para socializar o aluno, ou, em outras palavras, para que este aprenda a viver em sociedade, o que não difere dos objetivos dos demais conteúdos do currículo. O que se observa nas prescrições dos programas de educação sexual é a possibilidade do aluno se transformar num agente de modificação dessa sociedade à medida que, com os subsídios adquiridos, possa desenvolver uma capacidade crítica que lhe permita abandonar padrões antigos e reinventar novos, mais adequados (VITIELLO, 1997). Para atingir esse objetivo as aulas sobre temas sexuais não devem manipular a opinião dos alunos com receitas, teorias ou conceitos prontos, mas sim disponibilizar subsídios para que esses possam fazer suas próprias escolhas, desde que estas escolhas sejam “conscientes e responsáveis” (STRAUCH, 2003).

A proposta de interdisciplinaridade, enfatizada pelos PCNs, também está presente nos manuais sobre educação sexual. Autores como Egypto (2003) sugerem que todos os professores se envolvam no processo de educação sexual, como estudar a incidência da Aids nas aulas de geografia, relações amorosas nas aulas de literatura, as relações de gênero nas de história. Proposta que recupera sugestões presentes em autores da primeira metade do século XX, como as de Fernan-

do de Azevedo em 1923, Sebastião Barroso em 1934 e José Albuquerque em 1940, os quais sugeriram a inclusão de temas de educação sexual durante o desenvolvimento de outras disciplinas ou até mesmo em atividades recreativas (VIDAL, 2003). Outros autores propõem a espontaneidade, ou seja, que a transmissão dos saberes sobre sexualidade ocorra de maneira casual entre professor e aluno, no decorrer de um diálogo surgido em qualquer momento e em qualquer disciplina (DUNLEY, 1999), acreditando na possibilidade de que todo o corpo docente possa ser qualificado e se considerar habilitado para debater sobre questões sexuais com seus alunos.

## A atuação real da escola

Mas apesar do aval do Estado e da sociedade e do consenso entre os professores sobre a importância do tema, grande parte das escolas ainda não se considera autorizada a incluir em seus currículos programas de educação sexual, restringindo as incursões nesta área à promoção de palestras eventuais com profissionais não integrantes do corpo docente. Uma complexa rede de fatores sociais e culturais – como a dificuldade de professores em abordar temas relacionados à sexualidade, o receio de reclamações dos pais, a pouca disponibilidade de tempo no calendário escolar e o excesso de funções designadas à escola – influencia esta resistência. Mas é principalmente a distância entre o discurso que constrói a escola como educadora sexual e a realidade escolar brasileira que se interpõe entre o que a sociedade exige e o que a escola pratica.

Para defender a idéia de que são os pais que devem proporcionar a formação sexual de seus filhos, a igreja católica idealizou a família. Os defensores da escola também se utilizam de uma descrição idealizada da realidade escolar em seus argumentos, descrevendo-a como um ambiente no qual o aluno pode “desenvolver o pensamento e a capacidade crítica, no sentido de não aceitar nem rejeitar valores sem antes analisá-los” (SUPLICY et. al., 2000, p. 13) e onde a educação sexual pode ser abordada com “ampla liberdade de expressão, num ambiente acolhedor e num clima de respeito” (ibidem, p. 8-9). Se a igreja ignora que a família pode ser uma situação problemática e conflituosa, também em relação à escola fica obscurecida uma realidade que geralmente não se caracteriza por ser relativista, estimulante e afável.

A análise das propostas metodológicas incluídas no tema transversal “Orientação Sexual”, bem como das sugestões de envolvimento dos professores, revela uma distância entre o conteúdo dos PCNs e as condições de sua utilização na escola. No atual contexto escolar brasileiro, a transversalidade, proposta que implica num processo de estreita inter-relação entre os componentes curriculares, encontra dificuldade de aplicabilidade diante da vivência pedagógica real da maioria das instituições escolares do país. Outro aspecto refere-se à necessidade de capacitação sistemática de professores. No tema relacionado com a educação sexual, os PCNs destacam a figura do professor, mas não um professor qualquer:

“espera-se um professor capaz de postura crítico-reflexiva sobre seus valores e dos valores socialmente atribuídos à sexualidade e aos papéis de gênero, e ainda respeitoso e compreensivo com os posicionamentos dos alunos” (ARILHA e CALAZANS, 1998, p. 699).

Esta idealização de uma escola cujo corpo docente tenha discernimento para detectar os momentos adequados para introduzir questões sobre sexualidade, na qual o diálogo entre alunos e professores seja adequadamente aberto para proporcionar amplos debates sobre gravidez, aborto e Aids, onde a formação dos alunos permitirá a constituição de sujeitos conscientes e responsáveis, aptos a serem agentes transformadores da sociedade, tem dificuldades para se sustentar frente à realidade dos educandários brasileiros. Há vários motivos a reforçar esta dúvida sobre a capacidade da escola desenvolver programas de educação sexual dentro da metodologia proposta.

Um deles nos mostra que, enquanto o objetivo destes programas é produzir um aluno livre e suficientemente orientado para fazer suas próprias escolhas, sua inserção ocorre no interior de práticas escolares que ainda atuam, em sua maioria, no sentido de definir o sujeito como centrado e unificado. Nas próprias propostas de programas de educação sexual, embora aqui e ali se perceba alguns breves destaques à pluralidade da adolescência, os autores adotam em geral a idéia do receituário único, onde falar é igual a falar para todos, não se detendo no entendimento de que os sujeitos / alunos são resultados de seus múltiplos relacionamentos, de seus recortes étnicos, de gênero, sociais e religiosos. Estas propostas de educação sexual centradas no conceito de sujeito único, universal, estável e unificado, que buscam a formação de “homens e mulheres de verdade” ou detectar o “quanto cada menino ou menina ou adolescente está[va] se aproximando ou se afastando da norma desejada” (LOURO, 2001, p. 18) permanecem distantes das formas como cada indivíduo se constitui como ser social e sexual.

Outra dúvida quanto às condições da escola em produzir a educação sexual proposta pelos manuais pode estar relacionada com a característica das práticas escolares que se posicionam muito próximas de um contexto autoritário e discriminador, dificultando o desenvolvimento de um processo educativo com características diferentes.

No ano de 2005, um aluno da sexta série vivenciou as conseqüências de ignorar as diferenças de discursos entre um programa de educação sexual do qual participava e o do corpo docente de sua escola. Este aluno, que havia participado do módulo que apresentava o tema puberdade, no qual os participantes foram estimulados, numa atividade em grupo, a desenhar os corpos masculinos e femininos com ênfase nos detalhes que se alteravam na puberdade, ao receber, semanas após, como tema da professora de artes desenhar o corpo humano, cometeu o “erro” de ignorar as “normas escolares” de moralidade. Seu desenho do corpo masculino incluiu, com detalhes, os órgãos genitais, algo que lhe tinha sido praticamente exigido durante o módulo. A professora de artes, entretanto, tinha uma outra perspectiva sobre o tipo de desenho

que ela tinha solicitado e, ao ver o trabalho deste aluno, o classificou como “um psicopata que estava no local errado, pois seu lugar deveria ser onde a pornografia era aceita”. Final da história: o aluno foi levado à sala da direção onde um registro da ocorrência em um caderno específico para esse fim foi efetuado, os pais e o Conselho Tutelar foram chamados e uma pena de suspensão por três dias foi instituída (MONTARDO, 2008).

## Considerações finais

O humano não se constitui sem educação e esta, seja na família ou na escola, se organiza num processo cujo objetivo é educar para a vida e formar indivíduos adaptados às normas e às regras vigentes na sociedade, tentando manter os padrões de comportamento dentro de estritos limites de variação. A necessidade de educação pressupõe que o educando, se não for educado, agirá errada e perigosamente e que é necessário barrar esta tendência considerada inata ao erro e ao perigo. Num outro flanco, a educação promove ações para que o educando, no futuro, sem supervisão, assuma as condutas definidas como adequadas sem a presença dos pais ou professores, numa situação onde a presença física da autoridade já não será mais necessária. A educação sexual em nada difere destas características: atua no sentido explícito de prevenir os erros e as prováveis situações de perigo e, nas entrelinhas de seu discurso, constitui o futuro sujeito adulto como responsável por seus atos.

Uma questão que poderia ser incluída na discussão sobre educação sexual para os adolescentes é se ela é boa ou ruim, construtiva ou destrutiva, positiva ou negativa. Desvendar aos jovens que a atividade sexual implica em alguns riscos, como uma gravidez não planejada ou a contaminação por uma doença potencialmente grave é algo inadequado ou condenável? Colocada nestes termos, uma resposta baseada num mínimo de bom senso certamente seria negativa. Disponibilizar o acesso às informações e aos conhecimentos já adquiridos, mesmo que estes sejam reconhecidos como transitórios, é um dever da sociedade para com os mais jovens, tendo a atitude contrária se constituído em fator preponderante para o estabelecimento de desigualdades sociais, discriminações e sofrimentos físicos e emocionais desnecessários. E esta postura deve ir além de simplesmente transmitir informações, pois seus objetivos devem incluir ensinar o educando a localizar, analisar, interpretar, reconhecer a credibilidade da fonte e fazer uso adequado informação.

A autogestão nem sempre será bem sucedida. Proporcionar uma direção, mesmo que reconhecidamente transitória e sujeita a desvios de rota, pode ser uma contribuição valiosa na busca da liberdade e da autonomia dos indivíduos. Segundo Foucault (2004, p. 284) não há mal “na prática de alguém que, em um dado jogo de verdade, sabendo mais do que o outro, lhe diz o que é preciso fazer, ensina-lhe, transmite-lhe um saber, comunica-lhe técnicas”, desde que neste exercício positivo e benéfico de poder não ocorra uma dominação e sujeição a uma autoridade arbitrária e inútil ou, em outros termos, que esta orientação não se

constitua em manipulação. A necessidade de educação não significa bloquear espaços para o exercício da liberdade e da busca individual por outros caminhos e, como afirma Savater (2005), deve-se estimular certo cepticismo científico e uma relativa dessacralização dos conteúdos para proporcionar um máximo de conhecimento com um mínimo de preconceito.

Desde o início do século passado a sociedade brasileira debate a questão da educação sexual. Outros debates ainda serão necessários para encontrar caminhos que consigam superar a linguagem padronizada e dirigida a um hipotético público adolescente uniforme, constituída por indivíduos brancos, de classe média, católicos e heterossexuais e a desconsideração de fatores cuja influência nos comportamentos sexuais dos sujeitos, incluindo todas as suas práticas, significados e relacionamentos, são relevantes, tais como a idade, as características individuais, os contextos sócio-econômico e cultural, os quais são preponderantes para definir como a vivência sexual vai ocorrer em cada indivíduo. Ainda há um caminho a ser trilhado por estes debates no sentido de superar a pedagogia que prioriza a produção de uma normalidade que homogeneiza condutas e opiniões, eliminando ou obscurecendo as diferenças individuais.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Sálvio. *Prática da educação sexual*. Salvador: Mensageiro da Fé. 1946.
- ARILHA, Margareth; CALAZANS, Gabriela. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: BERQUÓ, Elsa (org.) *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Vol. 2. Brasília, DF: Comissão Nacional de população e Desenvolvimento. 1998.
- BARROS, Ernesto Thenn. *A juventude e a vida sexual*. 3. ed. São Paulo: Cia. Brasil Editora. 1956.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1997.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997.
- DUNLEY, Gláucia Peixoto. O capital da libido. In: DUNLEY, Gláucia Peixoto (org.) et. al. *Sexualidade e educação*. Rio de Janeiro: Gryphus. 1999.
- EGYPTO, Antonio Carlos. O projeto de orientação sexual na escola. In EGYPTO, Antonio C. (org.) *Orientação sexual na escola – um projeto apaixonante*. São Paulo: Cortez. 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*. Ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense. 2004.

- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luis Heron (org.) *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes. 1999.
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, Paulo R. Marçal (org.). *Sexualidade e Educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência. 2004.
- MONTARDO, Jorge. *Do pecado ao perigo: discursos sobre educação sexual para adolescentes brasileiros no século XX*. Ijuí: UNIJUI, 2006. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.
- NEGROMONTE, Alvaro. *A educação sexual – para pais e educadores*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1951.
- REIS, Gisele Volpato, RIBEIRO, Paulo Rennes. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo Rennes (org.). *Sexualidade e educação – aproximações necessárias*. São Paulo: Arte e Ciência. 2004.
- RIBEIRO, Paulo Marçal *Educação sexual – além da informação*. São Paulo: EPU. 1990.
- SAVATER, Fernando. *O valor de educar*. São Paulo: Planeta do Brasil. 2005.
- SAYÃO, Iara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: Aquino, GROPPA, Julio. *Sexualidade na escola – alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. 1997.
- STRAUCH, Margareth Lex. Orientação sexual na escola católica. In: In EGYPTO, Antonio Carlos (org.) *Orientação sexual na escola – um projeto apaixonante*. São Paulo: Cortez. 2003.
- SUPLICY, Marta, et. al *Sexo se aprende na escola*. 3. ed. São Paulo: Olho D'Água. 2000.
- SUPLICY, Marta, et. al. *Guia de orientação sexual – diretrizes e metodologia*. 8. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1994.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930. In: SOUZA, Cynthia Pereira (org.). *História da Educação – processo, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras Editora. 2003.
- VITIELLO, Nelson. *Sexualidade – quem educa o educador*. São Paulo: Iglu. 1997.